

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. EFEITO MERAMENTE DEVOLUTIVO. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO PARA INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL. QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO. IRRELEVÂNCIA. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. PREVALÊNCIA DO INTERESSE PÚBLICO.

1. Mandado de segurança impetrado contra decisão de primeiro grau que, em procedimento preparatório para instauração de inquérito civil, deferiu a quebra do sigilo bancário do impetrante.

2. A legislação constitucional e infraconstitucional desejaram a concessão de efeito meramente devolutivo ao recurso ordinário em mandado de segurança, assim como ao recurso especial. A aspiração de alcançar a eficácia suspensiva só deve ser atendida em casos excepcionálíssimos, o que se efetiva nesta Corte por meio do procedimento acautelatório (art. 288/RISTJ) diante da constatação de situação excepcional ou teratológica.

3. Consoante posicionamento jurisprudencial desta Corte, a inexistência de inquérito civil instaurado não é óbice à concessão da medida impugnada.

4. A ausência de notificação sobre a quebra do sigilo bancário não ofende o princípio do contraditório, eis que o mesmo não prevalece na fase inquisitorial.

5. Considera-se devidamente fundamentada a decisão que determina a quebra de sigilo bancário do impetrante, quando sobre este pesa suspeita da prática de atos ímprobos, os quais não poderão ser esclarecidos senão mediante o deferimento da medida extrema.

6. O direito à privacidade é constitucionalmente garantido. Todavia, não é absoluto, devendo ceder em face do interesse público.

7. Se de um lado é certo que todos têm direito ao sigilo bancário como garantia à privacidade individual, de outro, não é menos certo que havendo indícios de improbidade administrativa impõe-se a quebra dos dados bancários do Administrador Público. Isso porque a proteção constitucional não deve servir para acobertar prática de atos delituosos.

8. Recurso ordinário desprovido.

PROCESSO CIVIL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - **INQUÉRITO CIVIL: VALOR PROBATÓRIO** - REEXAME DE PROVA: SÚMULA 7/STJ. 1. O inquérito civil público é procedimento facultativo que visa colher elementos probatórios e informações para o ajuizamento de ação civil pública. 2. **As provas colhidas no inquérito têm valor probatório relativo, porque colhidas sem a observância do contraditório, mas só devem ser afastadas quando há contraprova de hierarquia superior, ou seja, produzida sob a vigilância do contraditório.** 3. **A prova colhida inquisitorialmente não se afasta por mera negativa.**

cabendo ao juiz, no seu livre convencimento, sopesá-las. 4. Avanço na questão probatória que esbarra na Súmula 7/STJ. 5. Recursos especiais improvidos.

REsp 657.037 – 1ª Turma, Rel. Min. Francisco Falcão – DJ de 28.03.2005

ADMINISTRATIVO. MINISTÉRIO PÚBLICO. PROVIDÊNCIAS INVESTIGATÓRIAS PARA PROPOSIÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL E AÇÃO CIVIL PÚBLICA. REQUISICÃO DE DOCUMENTOS NÃO CONFIGURADOS LEGALMENTE COMO SIGILOSOS. PREVALÊNCIA DA LEI Nº 8.625/93.

I - A Lei nº 8.625/93 confere ao Ministério Público autorização para a requisição de informações a entidades públicas ou privadas visando à instauração de procedimentos judiciais ou administrativos.

II - O *Parquet* ao requisitar os documentos inerentes à transferência do controle acionário da empresa de telefonia celular OI, com assunção de dívidas na ordem de R\$ 4.760.000.000,00 (quatro bilhões, setecentos e sessenta milhões de reais) por apenas R\$ 1,00 (um real), está na sua função de investigar a legalidade de operação de tal vulto.

III - O artigo 155, § 1º, da Lei das Sociedades Anônimas, ao apontar como sigilosas as informações que ainda não tenham sido divulgadas para o mercado, não dirigiu esse sigilo ao Ministério Público, não havendo superposição da norma em relação à Lei nº 8.625/93.

IV - Não existindo lei que imponha sigilo em relação aos dados em tela, prevalece a determinação legal que autoriza o Ministério Público a requisitar tais informações.

V - Recurso especial provido.

RHC 14.720 – 5ª Turma, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca – DJU de 20.06.2005

Recurso em *Habeas Corpus*. Inquérito Civil. Notificação. Crime de desobediência. Prefeito Municipal. Foro Especial. Constrangimento ilegal configurado.

O *Habeas Corpus*, a despeito de se conformar como um remédio constitucional de maior amplitude, não se presta para atacar atos que não inflijam maus tratos ao direito à liberdade.

A ação de improbidade, proposta em desfavor de Prefeito Municipal, será processada e julgada no Tribunal de Justiça, a teor da regra inserta no artigo 29, X, da Constituição Federal.

É vedado, ao Promotor de Justiça, expedir notificações ao Chefe do Executivo Municipal, sob pena de violação ao princípio do promotor natural. Precedentes do C. STJ.

Recurso provido em parte.

REsp 706.227 – 5ª Turma, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca – DJU de 07.11.2005

PENAL. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 10 DA LEI Nº 7347/85. DADOS TÉCNICOS. CONCEITO QUE ABRANGE AS INFORMAÇÕES, AS CERTIDÕES E OS DOCUMENTOS REQUISITADOS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO AO PREFEITO MUNICIPAL. IMPRESCINDIBILIDADE PARA INVESTIGAÇÃO EM INQUÉRITO CIVIL. PRECEDENTES. Recurso conhecido e provido.

REsp 873.565 – 1ª Turma, Rel. Min. Francisco Falcão – DJ de 28.06.2007

MANDADO DE SEGURANÇA. PREFEITO MUNICIPAL. REQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. PESSOAS CONTRATADAS PELA PREFEITURA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535, DO CPC. SÚMULA 284/STF. DIREITO DE CERTIDÃO. DECISÃO NOS LIMITES CONSTITUCIONAIS. INDEPENDÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. DIRETRIZES TRAÇADAS PELA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DO *PARQUET* ESTADUAL. OBRIGATORIEDADE. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. DESNECESSIDADE DE PRÉVIA INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL OU PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. ARTIGO 26, I, "B", DA LEI Nº 8.625/93.

I - Trata-se de mandado de segurança impetrado pelo ora recorrente, prefeito municipal de Minas Gerais, contra o ato do Ministério Público consubstanciado na requisição de informações sobre as pessoas nomeadas, contratadas e terceirizadas por aquela Prefeitura a partir de 05.10.98.

II - Incidência da Súmula 284/STF no tocante à alegação de violação ao artigo 535, I, do CPC, uma vez que o recorrente limitou-se a aduzir que a mesma foi ocasionada em razão de ter restado sem resposta os declaratórios, não explicitando de que forma teria o acórdão recorrido incorrido em omissão, obscuridade ou contradição.

III - A questão relacionada ao direito de certidão foi dirimida à luz de disposição constitucional, inviável seu debate nos limites do recurso especial.

IV - Ausência de prequestionamento em relação à obrigatoriedade ou não do Ministério Público em acatar orientações firmadas por outros órgãos. Incidência da Súmula 282/STF.

V - Não se faz necessária a prévia instauração de inquérito civil ou procedimento administrativo para que o Ministério Público requisiute informações a órgãos públicos - interpretação do artigo 26, I, "b", da Lei nº 8.625/93.

VI - Recurso parcialmente conhecido e, nessa parte, improvido.

Denúncia vazia

Autoridade só precisa dar informação indispensável ao MP

por Rodrigo Haidar

O Ministério Público **não deve instaurar inquérito civil com base em carta apócrifa** e, depois, exigir informações de autoridades para instruir o inquérito. **Com base nesse entendimento, a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça rejeitou, nesta quarta-feira (5/11), Ação Penal contra o desembargador José Jurandir de Lima, ex-presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso.**

O relator da causa, ministro Castro Meira, entendeu que a autoridade que se nega a prestar informações exigidas pelo Ministério Público não comete, necessariamente, crime de omissão de dados. O crime se consuma apenas se o MP demonstrar que as informações eram indispensáveis para propor ação.

De acordo com o artigo 10 da Lei 7.347/85, que disciplina a Ação Civil Pública, é crime, punido com pena de reclusão de um a três anos e multa, “a recusa, o retardamento ou a omissão de dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil, quando requisitados pelo Ministério Público”.

O ministro Castro Meira, contudo, entendeu que as informações não eram indispensáveis para o caso, tanto que o inquérito foi arquivado porque não se verificou irregularidades no decorrer da investigação.

Carta apócrifa

O Ministério Público instaurou inquérito civil para apurar malversação de recursos públicos no Judiciário de Mato Grosso. A investigação foi aberta com base em carta anônima. De acordo com a carta, juízes mato-grossenses estariam recebendo verbas indevidas do Tribunal de Justiça.

Instaurado o inquérito, o MP pediu informações sobre o pagamento a juízes para o então presidente do TJ-MT, desembargador José Jurandir de Lima. O desembargador não prestou as informações. De acordo com sua defesa, o ofício foi encaminhado por um promotor, quando deveria ser enviado pelo procurador-geral de Justiça, autoridade competente para tratar com o presidente do tribunal.

O desembargador também afirmou que denúncia anônima não poderia servir de base para a abertura de investigação. Por isso, não tinha a obrigação de encaminhar os dados exigidos. O MP, então, entrou com Ação Penal no STJ contra Jurandir de Lima.

A ação foi rejeitada por unanimidade pela Corte Especial do STJ com base em dois argumentos. O primeiro foi o de que o MP não demonstrou que as informações que pediu ao desembargador eram indispensáveis para que pudesse ajuizar a Ação Civil Pública. “O retardamento ou omissão do desembargador foram irrelevantes para a causa. Trata-se, no máximo, de descortesia”, afirmou o relator Castro Meira.

O segundo argumento para rejeitar a ação foi o de que carta apócrifa não pode embasar investigação ou processo. O ministro Meira ressaltou que a Constituição garante a liberdade de expressão, mas veda o anonimato. Ele citou, por analogia, a Lei 8.112/90, que regula o regime jurídico de servidores federais. De acordo com o artigo 144 da lei, “as denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade”.

Castro Meira disse que o Ministério Público deve ter discernimento ao instaurar inquéritos. “Sobretudo nos dias de hoje, em que a mera acusação dá margem para a execração pública.”

Revista **Consultor Jurídico**, 6 de novembro de 2008.